

Câmara deve votar novos limites do Simples e MEI

O governo pode perder R\$ 66 bilhões

DE BRASÍLIA

A Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) espera conseguir realizar na próxima terça-feira a leitura do projeto que corrige os limites do Simples Nacional e do Microempreendedor Individual (MEI). Passada essa etapa, a votação da proposta poderia ocorrer na semana seguinte, a partir do dia 15.

Os atuais valores dos regimes simplificados de tributação não são corrigidos pela inflação desde 2006. De acordo com a proposta, que considera o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado desde então, o limite de fatura-

mento anual para se enquadrar como MEI saltará de R\$ 81 mil para R\$ 144.913. Já o valor para o limite do Simples como microempresa passa de R\$ 360 mil para R\$ 864.480. Para as empresas de pequeno porte, o teto sobe de R\$ 4,8 milhões pa-



Câmara: Frente do Empreendedorismo tenta acelerar votação para novos limites entrarem em vigor em 2023

ra R\$ 8,694 milhões.

Com esse projeto, enquanto o governo eleito negocia com o Congresso uma alternativa para poder ter mais recursos no próximo ano fora do teto de gastos (regra que limita os gastos públicos à inflação), a equipe de Luiz Inácio Lula da Silva poderá perder R\$ 66 bilhões em arrecadação no próximo ano com a cor-

reção dos limites do Simples Nacional e do MEI.

Segundo a Receita Federal, de janeiro a setembro deste ano, a arrecadação do Simples somou R\$ 114,391 bilhões, um volume bem superior aos R\$ 87,682 bilhões recolhidos no mesmo período do ano passado. Cálculos do próprio Fisco apontam para uma perda de R\$ 66 bilhões com a cor-

reção da tabela.

Para o presidente da FPE, deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), essa estimativa da Receita Federal não se sustenta na prática, já que os donos de micro e pequenas empresas simplesmente abrem outras firmas antes do limite do Simples ser atingido.

"Temos no Brasil uma fábrica de microempresas.

Quando a firma vai estourar o limite e sair do Simples, o dono monta uma segunda operação. Há famílias com três ou quatro microempresas, o que na prática é uma perda de eficiência que encarece o custo operacional da economia. A Receita Federal não consegue enxergar isso, de que esse valor já não é recolhido na prática", avalia o parlamentar.

A mudança no MEI, que também permite a contratação de um segundo funcionário, já foi aprovada pelo Senado. Como várias alterações para micro e pequenas empresas foram acrescentadas pela Câmara, essa modificação também precisará ser votada no Senado.

VOTAÇÃO

Segundo Bertaiolli, há a expectativa de votação no Senado ainda neste ano, a tempo de contemplar a adesão anual ao Simples, que é realizada sempre em janeiro.

"Já na próxima terça-feira, vamos protocolar o pedido de urgência para a votação no plenário da Câmara, a tempo do projeto também voltar ao plenário do Senado este ano", conclui Bertaiolli. (Estadão Conteúdo)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Economia **Caderno:** B **Página:** 1